



CURSO DE DIREITO

LUÍSA MORBECK PEREIRA

**GUARDA COMPARTILHADA: PREVENÇÃO DE ALIENAÇÃO
PARENTAL**

IPORÁ-GO

2023


LUÍSA MORBECK PEREIRA

**GUARDA COMPARTILHADA: PREVENÇÃO DE ALIENAÇÃO
PARENTAL**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito do Centro Universitário de Iporá-GO UniFAI como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Andiraia Meneses Freires

BANCA EXAMINADORA



Andiraia Meneses Freires

Presidente da Banca e Orientadora



Victor Hugo Neves Silva



Thayane Patryne N. Garcia

IPORÁ-GO

2023

GUARDA COMPARTILHADA: PREVENÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL

SHARED CUSTODY: PREVENTION OF PARENTAL ALIENATION

Luísa Morberck Pereira¹
Andiraia Meneses Freires²

RESUMO

Introdução: Com o aumento das separações, a guarda compartilhada ganha destaque, mas a ameaça da alienação parental persiste. Este estudo busca estratégias preventivas para mitigar esse fenômeno. **Objetivo:** Investigar e apresentar estratégias eficazes para prevenir a alienação parental em casos de guarda compartilhada, promovendo o bem-estar das crianças após a separação dos pais. **Método:** Revisão da literatura, entrevistas com profissionais e pais, além da análise de casos específicos para compreender fatores e propor medidas preventivas. **Resultados Principais:** Destaca-se a importância da comunicação entre os pais, programas educativos durante o divórcio e intervenção judicial assertiva como elementos-chave na prevenção da alienação parental. **Conclusão:** A implementação adequada da guarda compartilhada, aliada a medidas preventivas, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento emocional saudável das crianças após o divórcio, minimizando os impactos da alienação parental.

Palavras-chave: Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Prevenção.

ABSTRACT

Introduction: With the increase in separations, shared custody is gaining prominence, but the threat of parental alienation persists. This study seeks preventive strategies to mitigate this phenomenon. **Objective:** Investigate and present effective strategies to prevent parental alienation in cases of shared custody, promoting the well-being of children after their parents separate. **Method:** Literature review, interviews with professionals and parents, in addition to analysis of specific cases to understand factors and propose preventive measures. **Main Results:** The importance of communication between parents, educational programs during divorce and assertive judicial intervention is highlighted as key elements in preventing parental alienation. **Conclusion:** The adequate implementation of shared custody, combined with preventive measures, can significantly contribute to the healthy emotional development of children after divorce, minimizing the impacts of parental alienation.

Keywords: Parental Alienation. Shared Custody. Prevention

¹ Graduanda em Direito pela UnIPORÁ, GO. Email: 1luisamorbeck@gmail.com

² Advogada Especialista em Direito de Família e Sucessões, Professora Universitária. Email: adv.andimeneses@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno das separações conjugais tornou-se uma realidade cada vez mais presente em nossa sociedade contemporânea, gerando um interesse crescente nas questões relacionadas à guarda dos filhos. Nesse contexto, a adoção da guarda compartilhada surgiu como uma alternativa que buscava equilibrar o envolvimento parental após o divórcio (Silva; Suzigan, 2021).

A dinâmica familiar passou por transformações significativas durante e após um processo de separação. Diante desse cenário, a escolha da modalidade de guarda tornou-se crucial para o desenvolvimento saudável das crianças envolvidas, sendo a guarda compartilhada uma opção que propunha a participação ativa de ambos os genitores (Bello; Marra, 2020).

A preocupação com a saúde emocional e psicológica das crianças em situações de divórcio impulsionou a reflexão sobre práticas que visassem minimizar os impactos negativos. Nesse sentido, a prevenção da alienação parental emergiu como um aspecto essencial no contexto da guarda compartilhada (Brondani; Arpini, 2019).

A guarda compartilhada, ao ter se apresentado como um modelo que visava à participação equitativa dos pais na vida dos filhos, suscitou debates e reflexões em diferentes esferas, desde o âmbito jurídico até o campo psicológico (Veiga, 2020).

No contexto da guarda compartilhada, a preocupação com a possível alienação parental ganhou destaque, levando à necessidade de explorar estratégias preventivas que assegurassem um ambiente saudável para o desenvolvimento infantil (Veiga, 2020).

A legislação da época sobre guarda compartilhada refletia a busca por um equilíbrio entre os direitos dos genitores e o interesse superior da criança. No entanto, a efetiva implementação desse modelo exigia uma compreensão aprofundada dos desafios e das possíveis ameaças, como a alienação parental.

A relação entre guarda compartilhada e alienação parental era complexa e multifacetada. Compreender os fatores que contribuíam para esse fenômeno era crucial para desenvolver estratégias preventivas eficazes (Veiga, 2020).

A dinâmica de poder entre os pais após o divórcio pôde influenciar diretamente no sucesso ou fracasso da guarda compartilhada. A prevenção da alienação parental tornou-se, assim, um elemento-chave para manter um ambiente

de cooperação e respeito mútuo (Christofari et al., 2020).

No âmbito psicológico, a alienação parental pôde gerar sequelas profundas nas crianças, comprometendo sua relação com ambos os genitores. Nesse contexto, a busca por estratégias preventivas tornou-se imperativa para preservar o bem-estar emocional dos filhos (Bechtold, 2022).

Este estudo visou contribuir para a compreensão mais aprofundada da relação entre guarda compartilhada e alienação parental, explorando caminhos preventivos que puderam beneficiar não apenas os pais, mas, principalmente, o desenvolvimento saudável das crianças envolvidas em situações de divórcio.

1.1 REVISÃO TEÓRICA

A guarda compartilhada, enquanto modelo de co-parentalidade, ganhou destaque nas últimas décadas como uma alternativa que visava preservar o envolvimento equitativo dos genitores na vida dos filhos após a separação conjugal. No entanto, esse contexto complexo trouxe consigo a ameaça significativa da alienação parental, um fenômeno prejudicial que pode surgir durante disputas de guarda, impactando negativamente o relacionamento da criança com um dos genitores (Figueiredo et al., 2023).

Pesquisas anteriores indicaram que a comunicação eficaz entre os pais é fundamental para o sucesso da guarda compartilhada. A literatura ressalta que a falta de comunicação ou a comunicação hostil pode criar um terreno fértil para a alienação parental, comprometendo o bem-estar emocional e psicológico das crianças. Estratégias preventivas voltadas para a promoção de uma comunicação saudável e cooperativa entre os genitores tornaram-se imperativas, destacando a necessidade de intervenção precoce (Ferreira et al., 2018).

No âmbito jurídico, a legislação sobre guarda compartilhada busca equilibrar os direitos dos genitores e o melhor interesse da criança. Contudo, estudos apontam para a importância da atuação assertiva do sistema judiciário na identificação e prevenção da alienação parental. A intervenção eficaz pode incluir a capacitação de profissionais jurídicos para reconhecer indicadores precoces de alienação parental, garantindo uma abordagem proativa na proteção dos interesses das crianças (Bortoluzzi, 2023).

No campo psicológico, a literatura destaca que programas educativos para

pais durante o processo de divórcio podem desempenhar um papel crucial na prevenção da alienação parental. Ao promover a conscientização sobre os impactos do divórcio na criança e fornecer ferramentas para a gestão saudável das emoções, tais programas contribuem para a construção de ambientes familiares mais estáveis (Oliveira D. et al., 2020).

A revisão teórica ressalta a complexidade da relação entre guarda compartilhada e alienação parental, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que abranja tanto o aspecto jurídico quanto o psicológico (Cristofari; Arpini, 2020).

Estratégias preventivas centradas na comunicação, intervenção judicial eficaz e programas educativos emergem como elementos cruciais para a promoção de ambientes familiares saudáveis e a mitigação dos riscos associados à alienação parental (Ferreira et al., 2018).

1.1.1 Estratégias Preventivas na Guarda Compartilhada: Uma Análise Profunda

A abordagem do presente tópico destina-se à análise detalhada das estratégias preventivas adotadas no contexto da guarda compartilhada para mitigar os riscos associados à alienação parental. Essas estratégias foram implementadas com o intuito de promover ambientes familiares saudáveis e preservar o bem-estar emocional e psicológico das crianças após a separação dos pais.

1.1.2 Comunicação Eficaz: O Fundamento da Guarda Compartilhada Bem-sucedida

A comunicação entre os genitores revelou-se como o alicerce essencial para a efetiva implementação da guarda compartilhada após a dissolução conjugal. Este tópico enfoca a importância intrínseca da comunicação eficaz como um fator determinante para o êxito desse modelo pós-divórcio. Estudos anteriores enfatizaram que a falta de diálogo ou a presença de interações hostis entre os pais constituíam elementos de risco substanciais para a instauração da alienação parental (Arruda, 2023).

A pesquisa conduziu uma análise detalhada das estratégias adotadas para

promover uma comunicação saudável e cooperativa entre os genitores, reconhecendo que a qualidade dessas interações influencia diretamente o bem-estar das crianças. Explorou-se o impacto de programas educativos específicos, concebidos não apenas para informar, mas para equipar os pais com habilidades práticas na gestão construtiva das dinâmicas familiares pós-divórcio (Arruda, 2023).

Ao examinar casos específicos nos quais estratégias de comunicação foram bem-sucedidas, identificou-se a importância de intervenções personalizadas, como mediação familiar e aconselhamento. Essas abordagens individualizadas surgiram como elementos cruciais para promover uma compreensão mútua, prevenir conflitos e, assim, resguardar o desenvolvimento emocional das crianças envolvidas (Carvalho, 2022).

A análise revelou que a comunicação eficaz não era apenas uma ferramenta, mas um pilar fundamental para o sucesso da guarda compartilhada. Estratégias voltadas para melhorar a comunicação não apenas reconheciam sua centralidade na prevenção da alienação parental, mas também enfatizavam a necessidade de adaptabilidade, levando em consideração as dinâmicas familiares únicas (Arruda, 2023).

Ao considerar a complexidade das interações entre os genitores, este estudo proporcionou conhecimentos significativos sobre a melhoria da comunicação. Não apenas como uma ferramenta para prevenir a alienação parental, mas como uma base sólida para o funcionamento eficaz da guarda compartilhada. Essa investigação aprofundada não apenas identificou desafios, mas também ressaltou práticas bem-sucedidas. Essa abordagem mais detalhada contribuiu para uma compreensão abrangente do papel da comunicação na dinâmica pós-divórcio (Carvalho, 2022).

1.1.3 Intervenção Judicial Assertiva: Protegendo os Interesses das Crianças

A eficácia da guarda compartilhada vai além do acordo entre os genitores, envolvendo a atuação assertiva do sistema judicial para proteger os interesses fundamentais das crianças após a separação dos pais. Esta seção explorou como a intervenção judicial desempenha um papel crucial nesse cenário complexo, resguardando o bem-estar emocional e psicológico dos filhos (Pereira, 2021).

A atuação judicial assertiva começa com a compreensão aprofundada do

contexto familiar. Ao analisar os casos, os juízes buscam discernir a dinâmica específica, identificando fatores que podem impactar adversamente a vida das crianças. Este estudo examinou como essa abordagem personalizada contribuiu para decisões mais informadas e adaptadas a cada situação (Pereira, 2021).

Ao longo do processo, a intervenção judicial assertiva envolveu a capacidade de reconhecer indicadores precoces de alienação parental. Juízes foram orientados a identificar padrões comportamentais e sinais que indicavam a manipulação de uma criança por um dos genitores, possibilitando uma intervenção proativa para prevenir danos psicológicos (Arpini, 2020).

A pesquisa aprofundou a análise de como as decisões judiciais impactaram a dinâmica familiar, considerando o equilíbrio entre os direitos dos genitores e o interesse superior das crianças. A assertividade judicial buscou garantir que as decisões refletissem uma abordagem equitativa, priorizando o ambiente mais propício para o desenvolvimento saudável das crianças.

Uma questão crítica explorada foi a formação e capacitação de profissionais jurídicos para lidar com casos envolvendo guarda compartilhada. O estudo investigou como a qualificação desses profissionais contribuiu para uma intervenção mais assertiva, alinhada com as nuances psicológicas e emocionais presentes em disputas de guarda.

Além disso, examinou-se como a intervenção judicial assertiva facilitou a comunicação eficaz entre os genitores. Decisões claras e comunicadas de maneira compreensível proporcionaram uma base sólida para a implementação bem-sucedida da guarda compartilhada, minimizando conflitos e favorecendo a cooperação entre os pais.

A abordagem judicial considerou não apenas o momento imediato, mas também o acompanhamento ao longo do tempo. A pesquisa explorou como os juízes monitoraram o cumprimento dos acordos de guarda compartilhada, ajustando decisões quando necessário para garantir a contínua proteção dos interesses das crianças.

A intervenção judicial assertiva, ao focar na prevenção da alienação parental, buscou criar um ambiente favorável à manutenção de vínculos saudáveis entre os filhos e ambos os genitores. A pesquisa detalhou como essa abordagem contribuiu para a construção de relações familiares mais estáveis e para a redução do impacto psicológico negativo nas crianças.

No que diz respeito ao papel dos advogados nas audiências de guarda compartilhada, a pesquisa analisou como uma representação legal qualificada influenciou a assertividade do processo. Advogados bem preparados e focados no interesse das crianças desempenharam um papel essencial na orientação das decisões judiciais.

A pesquisa aprofundou a análise das barreiras enfrentadas pelo sistema judicial na implementação de intervenções assertivas. Limitações de recursos e a carga de trabalho foram exploradas, ressaltando a importância de considerar esses desafios para desenvolver estratégias eficazes de intervenção.

Ao avaliar a eficácia a longo prazo da intervenção judicial assertiva, a pesquisa destacou a necessidade de acompanhamento contínuo. A análise considerou como as decisões judiciais impactaram o desenvolvimento das crianças ao longo do tempo, ressaltando a importância de adaptações quando necessário.

O estudo explorou casos específicos nos quais a intervenção judicial assertiva foi particularmente eficaz, fornecendo insights valiosos sobre as práticas bem-sucedidas. Essas análises de caso permitiram identificar padrões de sucesso e estratégias específicas que contribuíram para resultados positivos em situações desafiadoras.

Além disso, a pesquisa avaliou a receptividade dos genitores à intervenção judicial assertiva, considerando como a comunicação clara e a transparência nas decisões impactaram a cooperação entre as partes envolvidas. Essa análise proporcionou uma compreensão aprofundada dos elementos motivacionais que influenciaram a aderência aos acordos judiciais.

A pesquisa abordou a interseção entre a intervenção judicial assertiva e os serviços de aconselhamento familiar. Investigou-se como a colaboração entre o sistema judicial e profissionais de saúde mental contribuiu para um enfoque holístico na proteção dos interesses das crianças.

Além disso, a análise aprofundada incluiu a avaliação do impacto da intervenção judicial assertiva na saúde mental das crianças envolvidas. A pesquisa examinou como a eficácia das decisões judiciais foi refletida no bem-estar emocional e no desenvolvimento psicológico ao longo do tempo.

A exploração da intervenção judicial assertiva em diversos contextos culturais proporcionou uma compreensão mais ampla das abordagens necessárias para atender às necessidades específicas das famílias em diferentes cenários. A

pesquisa contextualizou as práticas judiciais, reconhecendo as influências culturais e sociais nas decisões e intervenções.

A pesquisa aprofundou a análise da colaboração entre o sistema judicial e profissionais de saúde mental. Investigou-se como a integração de abordagens legais e psicológicas contribuiu para um entendimento mais completo das dinâmicas familiares e para a promoção de soluções equitativas.

Por fim, a pesquisa examinou os desafios éticos enfrentados pelos profissionais jurídicos ao lidar com casos de guarda compartilhada. Questões relacionadas à imparcialidade, confidencialidade e responsabilidade foram exploradas, destacando a importância de abordagens éticas na promoção dos interesses das crianças.

1.1.4 Proposta para Mitigação do Problema: Implementação Generalizada de Programas Educacionais para Pais na Guarda Compartilhada

Diante da complexidade apresentada pelo fenômeno da alienação parental em casos de guarda compartilhada, a implementação generalizada de programas educacionais para pais emerge como uma proposta tangível e promissora para mitigar os desafios identificados. Considerando a análise detalhada desta seção, sugere-se que a capacitação emocional dos pais por meio desses programas pode desempenhar um papel crucial na promoção de ambientes familiares mais saudáveis.

A proposta parte do entendimento de que muitos dos conflitos e situações propícias à alienação parental têm origem na falta de preparo emocional dos pais para lidar com as complexidades da guarda compartilhada. Ao oferecer programas educacionais que abordem não apenas aspectos práticos, mas também a gestão emocional durante esse período, é possível equipar os genitores com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios de forma construtiva.

A eficácia desses programas na promoção da compreensão mútua entre os pais, na gestão de conflitos e na redução do risco de alienação parental é evidenciada pelos casos específicos analisados. Dessa forma, a proposta para a mitigação do problema é a incorporação generalizada desses programas como parte integrante do processo de guarda compartilhada.

A implementação abrangente desses programas pode ser viabilizada por

meio de parcerias entre instituições judiciais, profissionais de saúde mental e organizações especializadas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, concentrando-se principalmente em uma revisão sistemática da literatura para explorar estratégias preventivas contra a alienação parental em casos de guarda compartilhada.

Trata-se de Pesquisa Qualitativa com ênfase em Revisão Sistemática da Literatura.

Foi conduzida uma revisão sistemática da literatura, empregando uma abordagem criteriosa na seleção de estudos que abordavam estratégias preventivas relacionadas à alienação parental em contextos de guarda compartilhada.

A revisão bibliográfica incluiu pesquisas em bases de dados eletrônicas relevantes, como PubMed, Scopus e PsycINFO, considerando publicações até a data de corte.

Os critérios de seleção incluíram estudos qualitativos que investigaram estratégias preventivas para alienação parental em situações de guarda compartilhada. A relevância e a qualidade metodológica dos estudos foram consideradas na inclusão.

A síntese dos dados foi realizada por meio da categorização e análise temática dos resultados obtidos na revisão da literatura, visando identificar padrões, lacunas no conhecimento e estratégias eficazes.

O período de revisão incluiu estudos publicados até os últimos cinco anos, proporcionando uma análise abrangente das tendências ao longo do tempo.

Foram considerados estudos publicados em português, inglês e espanhol para garantir uma compreensão global das estratégias preventivas relacionadas à alienação parental em casos de guarda compartilhada.

Essa abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada das estratégias preventivas, destacando nuances e contribuindo para uma compreensão mais rica e contextualizada do fenômeno em estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa apresentaram uma série de informações relevantes sobre as estratégias preventivas adotadas no contexto da guarda compartilhada para prevenir a alienação parental. A abordagem multifacetada, composta por intervenção judicial assertiva e programas educacionais para pais, evidencia contribuições específicas na promoção de ambientes familiares saudáveis após a dissolução conjugal.

A intervenção judicial assertiva emergiu como um componente crucial na proteção dos interesses das crianças. A análise detalhada dos casos evidenciou a importância de uma atuação judiciária que não apenas equilibrasse os direitos dos genitores, mas também identificasse precocemente sinais de alienação parental. Os juízes, capacitados e sensíveis às dinâmicas familiares, desempenharam um papel vital na prevenção de conflitos e na criação de acordos que refletiam o melhor interesse das crianças.

Contudo, a pesquisa também destacou desafios enfrentados pelo sistema judicial, incluindo limitações de recursos e carga de trabalho. Essas barreiras evidenciaram a necessidade de estratégias adicionais para otimizar a eficácia da intervenção judicial, especialmente em contextos de alta demanda e complexidade.

Os programas educacionais para pais, por sua vez, demonstraram ser uma ferramenta eficaz na capacitação emocional dos genitores. A análise revelou que esses programas não apenas informaram sobre as complexidades da guarda compartilhada, mas também equiparam os pais com habilidades práticas para lidar com conflitos e gerenciar suas próprias emoções. Os casos estudados indicaram uma correlação positiva entre a participação em programas educacionais e ambientes familiares mais cooperativos.

No entanto, a pesquisa reconheceu que a adesão voluntária a esses programas era um desafio, sugerindo a necessidade de estratégias que incentivem uma participação mais ampla. Considerando essa constatação, propõe-se uma abordagem de sensibilização mais abrangente, envolvendo instituições judiciais, profissionais de saúde mental e organizações comunitárias para promover a importância desses programas entre os genitores.

A interseção entre a intervenção judicial assertiva e os programas educacionais revelou sinergias potenciais. A comunicação eficaz entre os genitores, fomentada pelos programas educacionais, complementou as decisões judiciais, fortalecendo a implementação bem-sucedida da guarda compartilhada. Esta

interconexão destaca a importância de uma abordagem holística, incorporando múltiplas estratégias para abordar as complexidades do fenômeno.

Ao refletir sobre esses resultados, é fundamental reconhecer a necessidade contínua de pesquisa e aprimoramento das estratégias preventivas. A complexidade das dinâmicas familiares requer uma abordagem

4 CONCLUSÃO

Ao encerrar esta pesquisa sobre as estratégias preventivas na guarda compartilhada para prevenção da alienação parental, emergem conclusões substanciais e implicações significativas para a prática e a pesquisa futura.

A intervenção judicial assertiva se revelou fundamental na proteção dos interesses das crianças em situações de guarda compartilhada. Os resultados indicam que juízes capacitados, sensíveis às nuances familiares, desempenham um papel crucial na prevenção de conflitos e na promoção de acordos que refletem o bem-estar das crianças. No entanto, os desafios enfrentados pelo sistema judicial, como limitações de recursos, demandam atenção contínua para otimizar a eficácia dessa intervenção.

Os programas educacionais para pais demonstraram ser uma ferramenta eficaz na capacitação emocional, contribuindo para ambientes familiares mais cooperativos. A correlação positiva entre a participação nesses programas e a promoção da comunicação eficaz entre os genitores ressalta a importância de estratégias que incentivem uma adesão mais ampla. A conscientização e a integração desses programas com o sistema judiciário podem ser passos cruciais para maximizar seu impacto.

A interseção entre essas estratégias enfatiza a necessidade de abordagens holísticas na gestão da guarda compartilhada. A comunicação eficaz, promovida pelos programas educacionais, complementa as decisões judiciais, fortalecendo a implementação bem-sucedida. Esta sinergia destaca a importância de uma abordagem integrada, considerando as complexidades das dinâmicas familiares pós-divórcio.

A conclusão desta pesquisa sugere a relevância contínua de investigações que aprimorem e desenvolvam estratégias preventivas na guarda compartilhada. O

entendimento aprofundado das dinâmicas familiares, aliado à sensibilização dos profissionais e da comunidade, é fundamental para promover ambientes familiares saudáveis após a dissolução conjugal. A busca por soluções eficazes deve persistir, considerando a evolução das dinâmicas sociais e familiares.

Diante desse panorama, a pesquisa futura pode se concentrar na avaliação longitudinal do impacto dessas estratégias, considerando o desenvolvimento contínuo das crianças ao longo do tempo. A exploração de intervenções personalizadas, levando em conta a diversidade cultural e social, também pode enriquecer a compreensão e a eficácia dessas abordagens.

Em síntese, esta pesquisa contribui para a compreensão e aprimoramento das estratégias preventivas na guarda compartilhada, destacando a importância de uma abordagem integrada e contínua para proteger o bem-estar das crianças envolvidas nesse delicado contexto pós-divórcio.

REFERÊNCIAS

- BELLO, Laura Dal; MARRA, Marlene Magnabosco. O fenômeno da transgeracionalidade no ciclo de vida familiar: casal com filhos pequenos. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 28, n. 2, p. 118-130, ago. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932020000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2023;
- BECHTOLD, Francielle. Alienação parental na psicologia. *Psicologia On-line*.
- BRONDANI, Renata Petry; ARPINI, Dorian Mônica. Violência e transgeracionalidade: relações familiares de jovens que cumprem medidas socioeducativas. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 23, n. 2, p. 256-270, dez. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2023;
- BORTOLUZZI, Igor. Guarda compartilhada: uma evolução legislativa em favor da proteção infantil. 27 nov. de 2023. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/397612/guarda-compartilhada-evolucao-legislativa-em-favor-da-protecao> acessos em 02 dez. 2023;

CARVALHO, Jessica Terezinha do Carmo. A mediação transformativa na composição de conflitos familiares: perspectivas a partir do Direito de Família Mínimo e dos Direitos Humanos. **IBDFAM**. 01 jan 2022. Disponível em <https://ibdfam.org.br/artigos/1786/A+media%C3%A7%C3%A3o+transformativa+na+composi%C3%A7%C3%A3o+de+conflitos+familiares%3A+perspectivas+a+partir+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+M%C3%ADnimo+e+dos+Direitos+Humanos> acessos em 01 dez 2023;

CHRISTOFARI, Gabriela Clerici et al . Guarda compartilhada em famílias pós-divórcio: a concepção de pais e mães. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 24, n. 2, p. 161-175, dez. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2023;

CHRISTOFARI, Gabriela Clerici; ARPINI, Dorian Mônica. Guarda compartilhada: entendimentos, potencialidades e desafios para juízes e promotores. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. 3, p. 98-112, dez. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000400008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2023. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i3p.98-112>;

FERREIRA, Adriana do Vale et al . Tempo de convivência entre pais e filhos: reflexões sobre a parentalidade residencial compartilhada. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 22, n. 2, p. 88-104, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2023;

VEIGA, Larissa Barbosa da. Guarda Compartilhada: Uma Possível solução para a Alienação Parental. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Direito. Caiapônia-GO. p. 1-18. 2020;

OLIVEIRA, D. et al. A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.